

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



Trabalho e emprego: o futuro da relação salarial em Portugal

Luísa Cristóvam *

Janus 99-00

As profundas mudanças provocadas no mundo laboral pela globalização da economia têm posto em destaque diferenças entre trabalho (actividade produtiva) e emprego (relação definida num quadro institucional com um estatuto, direitos e remuneração correspondentes) e, ainda, a distinção entre emprego e actividade. Alguns autores referem que existe actualmente uma intenção de pôr em evidência o objectivo da "plena actividade" substituindo-o ao de "pleno emprego" e que tal conduzirá a clivagens sociais. Que mudanças sociais acompanharão em Portugal esta situação? Que novas formas de regulação lhe estão implícitas no quadro da integração europeia e mundial?

Portugal apresenta uma taxa de actividade considerada relativamente elevada no contexto da Comunidade Europeia. Esta taxa tem vindo gradualmente a crescer, tendo esse crescimento sido de 2,6 % no 3º trimestre de 1998. Verifica-se ainda uma tendência para a feminização.

Portugal acompanha também, embora com alguma especificidade, o crescimento da chamada sociedade de serviços. A divisão do trabalho por sector de actividade revela uma percentagem de pessoas na agricultura relativamente elevada face às médias europeias – 13,3% contra 5,0%. Na indústria, a percentagem de trabalhadores é de 31,8% contra 29,5% de média europeia.

O processo de terciarização apresenta igualmente alguma divergência já que, em Portugal, existem 55,7% de trabalhadores nos serviços, sendo 65,6% a média europeia. Ao contrário da indústria, tida como o sector que mais tem perdido postos de trabalho, os sectores que mais cresceram foram a construção civil, comércio, restaurantes, hotéis e serviços.

Constata-se que quase todos os sectores de actividade perderam mão-de-obra para o sector "serviços prestados às empresas", onde se classificam grande parte das micro-empresas de trabalho independente. Também se verifica uma tendência de substituição da grande pela pequena empresa. De realçar, ainda, que 35% da mão-de-obra industrial se encontra localizada na indústria têxtil, confecções e calçado – sectores de mão-de-obra intensiva de baixo salário.

Pouco trabalho a tempo parcial

Actualmente, novas formas de realização de actividade humana estão surgindo ou formas até agora pouco habituais estão sendo cada vez mais utilizadas. Refira-se, em primeiro lugar, o trabalho a tempo parcial. Este tem aumentado na Europa, quer como uma solução de partilha do trabalho, quer, como forma de flexibilização. Portugal encontra-se entre o conjunto dos Estados membros europeus que apresentam mais baixas taxas de trabalho a tempo parcial. Sendo a média europeia de trabalhadores a tempo parcial de 16,9%, Portugal apresenta uma taxa de 9,9%. Enquanto nos Estados do norte da Europa existem taxas de: 38,0 na Holanda, 24,5 na Suécia e 24,9 no Reino Unido, os países do sul apresentam 4,6% na Grécia,



7,1% na Itália e 8,2% na Espanha.

Os baixos salários, uma oposição forte dos sindicatos, a ausência de organização complexa das empresas portuguesas, necessária para a integração de trabalho a tempo parcial, não são alheios a esta constatação. As empresas portuguesas preferem utilizar como estratégia de flexibilização a precarização da relação de emprego, sobretudo, com o recurso ao trabalho autónomo.

Mais trabalho a prazo

Retomando como referência a "relação salarial" clássica, o trabalho por conta de outrem ou assalariado, em Portugal, representa 71,6% do total da população activa (83,1% de média europeia). Em 1998, esta situação não se alterou substancialmente. Comparativamente a outros Estados membros, Portugal apresenta uma das mais altas taxas de trabalho independente e empregadores da União Europeia. Na verdade, essa taxa de 26,9% é quase o dobro da média europeia que é de 14,9%, sendo só ultrapassada pela Grécia. Estados membros como a Alemanha e a Dinamarca apresentam taxas de 9,9% e 8,3%, respectivamente.

Por seu lado, o trabalho a prazo, ou seja, aquele em que os trabalhadores mantêm um vínculo contratual baseado em contratos a termo certo, aumentou muito, sobretudo nos dois últimos anos: 2,3 % entre o ano de 1997 e 1998. Uma análise ao emprego estruturado em Portugal mostra que em Outubro de 1998 19,5 % dos trabalhadores têm um vínculo de contrato a termo. O emprego permanente por tempo indeterminado diminuiu 7,3% entre 1992 e 1997. Outros modelos de actividade vão, entretanto surgindo, afastando-se pela sua forma e conteúdo do estatuto de "relação salarial" correspondente à sociedade industrial. Eis alguns dos mais frequentes:

- O teletrabalho é uma nova forma de estruturação da actividade de trabalho com base na flexibilização do local e tempo de trabalho. Embora não tenha muitas tradições, estatísticas como as contidas no projecto TELDET da DG-XIII-B (1994-1995) referem a existência em Portugal de 25.107 teletrabalhadores.
- Os estágios, que embora sejam fundamentais para criar laços sociais, a sua utilização fora da lógica para que foram criados pode ter um efeito perverso, impedindo a criação de postos de trabalho.
- As actividades socialmente úteis regidas pela lógica da economia solidária. As medidas e programas propostos no âmbito destas actividades englobam uma componente formativa, estimulam a actividade empresarial e a criação de postos de trabalho efectivos.

25% de desempregados licenciados

Uma das características da sociedade dos nossos dias é a valorização dada ao conhecimento e à qualificação. Quando se apresenta a taxa de 4,8% de desemprego para Portugal (3º trimestre de 1998) como uma das mais baixas da União Europeia refere-se também que o que está em causa não é o emprego mas a qualidade do emprego, quer no que se refere ao vínculo criado, quer à qualificação exigida.

Sabendo-se que os mercados de trabalho funcionam, sobretudo, com referência a



diplomas, torna-se importante apresentar alguns dados sobre Portugal. Em 1998, 70,6% dos trabalhadores empregados em Portugal possuía o ensino básico. Os trabalhadores que possuem formação de nível superior correspondem a 14,2% das pessoas entre os 15 e os 59 anos que têm emprego (23,4% na média europeia). A situação piora com os níveis do secundário superior, onde apenas se encontram 12,9% dos trabalhadores (42,1 na média europeia) para se verificar uma concentração no nível inferior que corresponde a 72,9% (média europeia de 33,6%). Um estudo recente da OCDE sobre educação refere que em Portugal a taxa de desemprego em 1996 é de 25% nos licenciados, 20% até ao 12º ano e 10% quando possuem formação inferior.

Dado o perfil de especialização económico escolhido pelas empresas e a debilidade do sistema produtivo, aquelas parece não terem capacidade para integrar emprego qualificado. Entre os objectivos dos organismos públicos como o IEFP, está o de levar as empresas à valorização do emprego uma vez que a uma organização do trabalho pobre surgem associadas estruturas de qualificações e de habilitações deficitárias. Uma acção directa sobre as necessidades de competências das empresas e sobre a qualificação dos postos de trabalho contribui para melhorar qualificação.

Distribuição dos rendimentos

Finalmente uma referência ao rendimento. Portugal tem uma deficiente distribuição de rendimento, quer no que respeita a salários, quer a outras formas de benefícios. Especialistas têm referido a existência em Portugal de uma relação estreita entre salários e emprego, ou seja, os salários reais respondem rapidamente a variações de desemprego. Como se sabe, o desemprego tem vindo a baixar, sendo de 4,7% no terceiro trimestre de 1998 e encontrando-se, desta forma, em cima da taxa natural do desemprego.

Numa perspectiva macro verificou-se uma flexibilização global do salário em Portugal durante os anos 80 e 90. E numa perspectiva micro, dadas as más condições dos subsídios de desemprego, "é baixo o nível de salário pelo qual os trabalhadores se dispõem a aceitar um emprego". Ainda relativamente aos baixos salários praticados em Portugal verifica-se que o custo médio da mão-de-obra industrial em Portugal é cerca de 4,3 vezes inferior ao praticado na Alemanha. A situação nos serviços não é tão radical (2,4). Acresce, ainda, que a aproximação às médias europeias parece estar cada vez mais longe. Na verdade, entre 1992-95 enquanto os salários na indústria na Alemanha cresceram cerca de 20%, em Portugal o crescimento foi de 5%.

A justificação para a situação pode ser encontrada na pouca qualificação global das empresas, nas actividades de mão-de-obra intensiva e na baixa qualificação requerida quando comparada com os outros Estados membros.

A modernização e recomposição do tecido produtivo e a maior qualificação dos trabalhadores irão melhorar a situação. Apesar de algumas das transformações actuais e previsíveis, embora não inelutáveis, serem habitualmente contextualizadas pelo fenómeno da mundialização, o facto de Portugal ter sido um dos Estados membros que integraram a moeda única em Janeiro de 1999 leva a que se faça uma reflexão sobre o futuro do trabalho e do emprego em Portugal nesse âmbito. Está em causa a relação entre o económico e o social. Várias perspectivas são possíveis para o futuro da política social em função das opções económicas que vierem a ser



feitas, sabendo-se que a evolução do emprego se situa na intersecção entre a política económica e a política social. Eis alguns dos caminhos possíveis:

- A liberalização dos mercados acompanhando políticas nacionais dos estados-membros não cooperativas. Esta situação terá por consequência a flexibilização do mercado de trabalho, dos salários, do tempo de trabalho e negociações colectivas totalmente descentralizadas. Existem neste caso riscos de aumento das desigualdades entre Estados membros e fragmentação do tecido social, não sendo socialmente aceite, nomeadamente pelos parceiros sociais.
- Políticas cooperativas institucionalizadas e objectivos de convergência real. Neste caso a articulação das dimensões económica e social seria feita a partir de uma negociação de compromissos globais de longo termo e os direitos sociais e a coesão social seriam consideradas não como o subproduto mas uma condição da eficácia económica. A sua fazibilidade depende, porém, da existência de uma vontade política dos Estados membros.
- Unidade económica europeia e regulações sociais nacionais: a questão principal e o perigo desta terceira hipótese é a segmentação social da União Europeia verificando-se a manutenção de regulações sociais fragmentadas num espaço económico unificado com a permanência da heterogeneidade das estruturas produtivas. Manter-se-iam indefinidamente mercados nacionais de trabalho flexíveis com qualificações de banda larga, altos salários e formação permanente, participação dos trabalhadores no sistema produtivo e negociação colectiva a par de outros espaços nacionais que se tornam atractivos aos investimentos por oferecerem uma mão-de-obra barata e estatutos precários aos trabalhadores (Freysenet, 1998). Muitos observadores receiam que a União Europeia se esteja aproximando desta terceira perspectiva.

***Luísa Cristóvam**

Correspondente do Observatório Europeu das Relações Profissionais. Especialista em Sociologia do Trabalho e Relações Laborais. Docente na UAL.



Infografia

